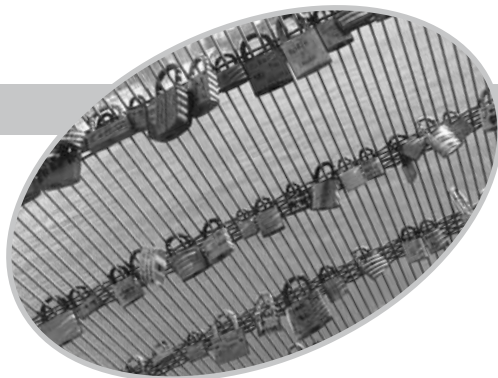


A imagem de organizações públicas e o sentido de público no discurso de charges sobre Belo Monte



Luciana de Oliveira

*Doutora em Sociologia Política (UFMG)
Professora de Graduação e Pós-graduação
em Comunicação da UFMG
E-mail: lucyoli@hotmail.com*

Ângela Salgueiro Marques

*Doutora em Comunicação Social (UFMG)
Professora adjunta do Departamento de
Comunicação Social da UFMG
E-mail: angelasalgueiro@gmail.com*

Resumo: Nesse artigo discutiremos o papel do humor como recurso na construção de discursos sociais sobre as organizações públicas no que se refere à sua imagem bem como a formação de visões sobre o que é público a partir da análise de um conjunto de charges que satirizam a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Para tanto, buscamos subsídios no realismo grotesco bem como na discussão sobre o papel do riso na mediação de relações de poder assimétricas.

Palavras-chave: *Humor, Charges, Organizações Públicas, Público, Usina de Belo Monte.*

La imagen de las organizaciones públicas y el sentido del discurso público en los dibujos animados acerca de Belo Monte

Resumen: En este artículo discutiremos el papel del humor como recurso en la construcción de discursos sociales en las organizaciones públicas considerando su imagen así como la formación de perspectivas sobre lo que es público partiendo del análisis de un grupo de viñetas que satirizan la construcción de la planta Hidroeléctrica de Belo Monte. Buscamos subsidios en el realismo grotesco así como en la discusión sobre el papel de la risa en la mediación de relaciones de poder asimétricas.

Palabras clave: *Humor, viñetas, Organizaciones Públicas, Público, Hidroeléctrica de Belo Monte.*

The image of public organizations and the sense of public discourse in cartoons about Belo Monte

Abstract: In this article we will discuss the role of the humor as a resource in the construction of social discourse on the public organizations concerning their image as well as the perspective construction on what is public starting from an analysis of a set of cartoons that satirize the construction of the Belo Monte Plant. In our analysis we use the concept of grotesque realism and the main aspects of the discussion on the role of the laugh in the mediation of asymmetrical power relations.

Keywords: *humor; cartoons, public organizations, public, Belo Monte Plant.*

Introdução

O objetivo deste trabalho é descortinar as condições discursivas sob as quais se desenvolvem as tensões no âmbito social que interpretam e atuam sobre as dinâmicas institucionais e seus processos de tomada de decisão. Pretendemos avaliar como discursos de humor podem evidenciar alguns enfrentamentos simbólicos e políticos no ambiente social, muitas vezes associados a ações e lógicas organizacionais, como no caso da controvérsia em torno da construção da Hidroelétrica de Belo Monte. Não se trata aqui de avaliar os discursos produzidos pelas grandes empreiteiras que disputaram a licença de construção da obra no quadro dos interesses mercadológicos que os cercam. Também não é nosso interesse estudar como Belo Monte aparece nos discursos das instituições governamentais ligados ao PAC (Programa de

Este trabalho foi realizado com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais, instituição de vinculação das autoras. Ângela Marques conta também com o auxílio de bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq.

Aceleração do Crescimento) e às disputas partidárias. É muito importante mantermos em mente que o contexto de produção de humor em torno da construção da usina se

Uma das funções do humor nas charges seria a de tornar o leitor um cúmplice através da produção de um efeito de convivência lúdica



estrutura sobre as ações ou inações do governo, das comunidades afetadas, das empreiteiras que realizarão a obra e de inúmeros atores institucionais e organizações.

Julgamos que é preciso, portanto, levar o humor a sério para entender certas manifestações de vontade política no Brasil, bem como observar como a construção da imagem de certas organizações públicas pela via da “brincadeira” presente no discurso de humor nos informa também como se conforma o que é o “público” como categoria de pensamento. Há já alguma tradição de pesquisa nesse campo, especializado no estudo do humor e da irreverência enquanto aspectos da história social da cultura brasileira (Lustosa, 1989; 2011). No campo dos estudos organizacionais, a vertente crítica vem ressaltando o potencial dos discursos de humor para expressar e dar forma a práticas de resistência, sobretudo aquelas que se desenvolvem no ambiente de trabalho (Carrieri, 2004; Mumby, 2005; Hardy e Phillips, 1999).

Nossa aposta, nesse artigo, é a de admitir a capacidade de formação da opinião pública em relação aos projetos oficiais/hegemônicos pela via do humor e pensá-lo como forma de enfrentamento simbólico. Rir com e ridicularizar a figura do poder é um fenômeno bastante conhecido, sobretudo na filosofia (Alberti, 2002; Lagrou, 2006), tanto nas festas e

rituais populares quanto nos discursos midiáticos. Por isso, não nos restringimos aqui aos estudos específicos sobre humor e cultura política no Brasil ou sobre o humor nos conflitos internos às organizações. Buscamos subsídios analíticos no estudo do riso subversivo que emerge da cultura popular de que fala Bakhtin (1999) ao analisar o papel da obra de Rabelais no contexto da Idade Média¹. Ao mesmo tempo, ressaltamos o poder provocador da piada em evidenciar, por meio de códigos que lhe são próprios e muitas vezes enigmáticos, as tensões entre dominantes e dominados. Tais tensões estão presentes, por exemplo, nos estudos de Darnton (1986), que utiliza o método etnográfico para ler documentos históricos referentes à época do Renascimento na França e que nos inspirou quanto ao desenho metodológico aqui utilizado.

Ao revisitar esse amplo quadro teórico, pretendemos defender que o estudo do humor como prática de contestação no contexto organizacional não se restringe às análises do local de trabalho, mas deve ser estendido para os amplos contextos sociais e midiáticos nos quais diversos grupos disputam sentidos, opõem códigos cotidianos a códigos e símbolos institucionais. Uma questão importante a ser considerada é a de que a abordagem crítica parece estar pesquisando o humor intra-grupos, mas deixa de lado o entre-grupos, das relações entre diferentes setores sociais, cujas tensões podem ser descortinadas por meio do humor (Carrieri, 2004). Assim, o contexto de atuação das organizações deve abranger, no caso da construção de Belo Monte, as instituições governamentais, os movimentos sociais, as ONGs, as empresas privadas e públicas, os atingidos pela construção de barragens e os meios de comunicação.

Neste artigo, enfatizamos que há um discurso sobre as organizações que não é pro-

¹ O realismo grotesco que nomina as imagens cômicas populares encontra, na visão de Bakhtin, sobrevivência em todas as épocas, embora tenha florescido no sistema de imagens da cultura cômica popular da Idade Média e tenha conhecido o apogeu no Renascimento.

ferido e controlado por elas e que dão a ver, por meio de comentários políticos como o discurso das charges, imagens e visões sobre as organizações. Tal enfoque não tem recebido tanta atenção dos estudos críticos do discurso no contexto organizacional, já que estes se voltam mais para as tensões de poder e resistência no âmbito interno das organizações, especialmente os conflitos entre capital e trabalho. Com efeito, as decisões tomadas no âmbito institucional enfrentam resistências no âmbito social e, por isso, ao pesquisar formas de contestação no contexto organizacional não se pode deixar de considerar as complexas interações e tensões tecidas entre os códigos culturais institucionais e os códigos produzidos no âmbito cívico.

A linguagem das charges

As charges, como forma textual, são utilizadas como indicadores da ampla gama de discursos sociais construídos em torno da usina de Belo Monte. Conforme acentuam Hardy e Phillips (1999), as charges são textos relativamente auto-contidos que delineiam representações concisas de posições discursivas alternativas, além disso, para eles as charges “iluminam certas regularidades e características do objeto de caricatura e suprimem outras a fim de justapor ordem e desordem, ou sentido e nonsense” (1999:13).

As charges criam mini-narrativas que se apoiam em conhecimentos particulares a respeito de fatos culturais, históricos, políticos, etc. Essas mini-narrativas são construídas por meio de roteiros interpretativos, isto é, “representações cômicas compartilhadas que permitem ao leitor entendê-los rapidamente. Geralmente os roteiros remetem a representações estereotipadas, mas não necessariamente precisam delas para existirem” (Davies, 2011:95).

Os roteiros interpretativos são produzidos institucionalmente, por meio de *scripts* que nos são oferecidos pela mídia, pela cultura, pela escola, pelas associações, etc. Tais *scripts* são entendimentos tidos como um

conjunto de dados, regras, tipificações compartilhadas e classificações, enfim, estruturas institucionalizadas que indicam ao indivíduo como deve agir e que tipo de comportamento deve ter em uma determinada situação. Por isso, eles podem ser vistos como referências compartilhadas que dirigem as interações interpessoais e institucionalizadas de modo a conferir-lhes um grau de habituação ou de referências mais concretas e contínuas para a interação.

As charges de humor se constituem basicamente “como uma piada visual ou mesmo a ilustração de uma piada” (Davies, 2011:94). Podemos mesmo dizer que uma das funções do humor nas charges seria a de tornar o leitor um cúmplice através da produção de um “efeito perlocutório de convivência lúdica, muitas vezes ligado a afetos e emoções que se visa provocar no outro” (Chabrol, 2006:223). A convivência lúdica é caracterizada por Charaudeau: “um olhar distanciado sobre as bizarrices do mundo e as normas do julgamento social, livre de qualquer espírito crítico” (2006:38).

A charge política se apresenta como uma crítica temporal a um personagem, fato ou acontecimento político específico. As charges de humor político, em um duplo movimento que combina sua autoridade e a ridicularização, “submetem os atores políticos ao escárnio e os mostram como seres ridículos e derisórios. E tornar uma personalidade pública objeto de riso não é ato fortuito, mas ação carregada de implicações políticas” (Quadros et al, 2009:58). Charges políticas articulam vários tópicos, perpassam diferentes pontos de vista e incluem muitas perspectivas políticas diferentes de modo a nos fornecer uma ampla amostragem dos discursos produzidos em torno de uma determinada questão. O fato de muitas vezes trazerem discursos opostos juntos e de promoverem a intertextualidade entre argumentos distintos faz das charges uma ótima cena de apresentação de uma constelação discursiva e de desenvolvimento de uma luta multifacetada (Davies, 2011).

Segundo Davies, quando se trata de charges políticas, as pessoas riem menos por diversão e mais pela habilidade do chargista em depreciar um oponente. Tais charges, ainda que despertem o riso (uma vez que ele é um atrativo retórico), possuem como intuito central apresentar criticamente as inconsistências e incoerências de uma realidade vista como ameaçadora ou perigosa. A estratégia de sedução do leitor provoca neste caso uma convivência crítica, pois “expressa uma contra argumentação implícita, buscando partilhar o ataque de uma ordem estabelecida ao denunciar falsos valores” (Charaudeau, 2006:40).

As charges políticas privilegiam a desconstrução crítica e a reflexividade por meio da criação de “mundos imaginários que promovem uma perspectiva atual sobre o mundo invertendo algumas de suas características” (Hardy e Phillips, 1999:13). Assim, optamos por considerar a noção de “charges de humor político” como aquela que melhor descreve nosso corpus analítico. No nosso caso, estamos olhando para as charges de humor político como lócus privilegiado para encontrar metáforas que organizam e dão a ver nossas impressões sobre as organizações e lideranças públicas bem como sobre o que é público.

Brevíssima nota sobre a controvérsia em torno da construção de Belo Monte²

Para localizar o tema central de nossa análise, cabe, antes, uma breve descrição do contexto no qual ele se inscreve. A polêmica em torno da construção do complexo de usinas no Rio Xingu remonta a meados dos anos 1970 com um amplo estudo sobre barramentos nas bacias amazônicas. Na década de 1980 a Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte S/A), propôs a construção do Complexo Hidrelétrico de Altamira com a construção de três centrais e uma capacidade total de geração de energia de 17.6 MW. Desde

então, os diversos governos tentaram iniciar as obras, mas enfrentaram uma batalha técnica, jurídica, política e socioambiental que colocava em xeque a viabilidade do projeto, principalmente no que diz respeito à sustentabilidade social e ambiental. A partir de 2005, a atuação da sociedade civil por meio de ONG, movimentos sociais, lideranças indígenas e populares, grupos ligados à igreja, cientistas, especialistas na questão ambiental e, especialmente, o Ministério Público Federal do Pará (MPF/PA) intensificaram sua atuação contrária à construção da Hidrelétrica de Belo Monte, tendo como principais argumentos a defesa dos direitos das populações afetadas pelo empreendimento.

Em 2009, a Fundação Nacional do Índio autoriza a construção de Belo Monte, antes mesmo da finalização e dos resultados conclusivos do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Em dezembro de 2010, o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) concede a Licença Prévia (LP) da obra, o que significa dizer a aprovação da localização e concepção do empreendimento. Em janeiro de 2011 foi concedida a Licença de Instalação (LI) para instalações provisórias e em junho de 2011 a LI para a construção da Usina. Segundo a visão do MPF/PA e das organizações da sociedade civil, o governo brasileiro autorizou o início das obras sem que 66 condicionantes do apontadas no EIA estivessem resolvidas (40 de caráter ambiental e 26 indígenas), incluindo a consulta às comunidades concernidas pela obra.

Ao longo desse período, mostraram-se claramente favoráveis à construção de Belo Monte atores com interesses econômicos mais explícitos como empreiteiros, empresas estatais, empresários locais e a parcela da população interessada ou nos empregos gerados pela obra ou nos seus supostos contributos à complementação das necessidades energéticas do Brasil (tais forças contrárias também organizaram ações de protesto con-

² Síntese feita a partir de Pont Vidal, 2010 e todos os sites consultados.

tra os grupos de resistência ao projeto). A hidrelétrica será construída pelo consórcio Norte Energia S/A (Nesa), vencedor do leilão de licitação da obra em 2010, formado por empresas estatais (Eletrobras, Chesf e Eletronorte), empresas privadas (Vale, J. Malucelli Energia), fundos de pensão e de investimentos (Petros, Funcef, Caixa FIP Cevix) e sociedades de propósito específico (Belo Monte S/A e Amazônia – Cemig e Light). No debate tem sido ponto importante da polêmica o financiamento de parte substantiva dos custos da obra via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), ou seja, com recursos públicos.

Desenho metodológico

Em um primeiro momento, coletamos um conjunto amplo de charges disponíveis online (aproximadamente 30) sem a preocupação de escolhermos um veículo jornalístico específico. Dentre elas, foram selecionadas 8 (ver anexo 1), sob o critério de representarem um humor que guarda traços do realismo grotesco, tal como caracterizado por Bakhtin (1999). Não era de nosso interesse analisar charges editoriais, mas sim compor um espectro de mini-narrativas capaz de expressar a variedade de perspectivas alternativas produzidas imagetivamente acerca de Belo Monte.

Em um segundo momento, separamos as charges de acordo com os temas e atores (individuais e organizacionais) por elas representados. Vimos que muitas das charges faziam referências explícitas ou implícitas a temas e personagens de forma recorrente na sua transversalidade, os quais detalharemos na análise a seguir.

Em seguida, examinamos como cada charge construiu esses objetos. Consideramos nessa leitura o fato de que a narrativa da charge se estrutura em torno de um roteiro específico, relacionado aos conhecimentos de fundo e às metáforas que chargista e leitores possuem do universo da política. Tal roteiro requer também uma análise contextual

das charges que considere seus aspectos polifônico e dialógico (interdiscursividade). Procuramos identificar os julgamentos e opiniões em jogo, observando as tensões entre o dito e o não-dito, de modo a identificar as diferentes vozes que se entrecruzam no discurso chargístico (Pilla e Quadros, 2009:12).



A narrativa da charge se estrutura em torno de um roteiro, relacionado aos conhecimentos de fundo e às metáforas que chargista e leitores possuem da política

Buscamos olhar para as charges como “superfícies enigmáticas”, conforme a denominação de Geertz (1978) ao analisar fenômenos culturais microscópicos, extraíndo delas um discurso social proferido de formas diversas tanto em ação quanto em palavras. Com vistas a construir uma descrição densa, é preciso enfrentar uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, implícitas, e que buscaremos apreender e depois apresentar. Assim, tentaremos ler as charges, no sentido de construir uma leitura de um manuscrito estranho. “Construir uma leitura de” é escolher entre estruturas de significação, determinar sua base social e sua importância. As charges dizem alguma coisa sobre algo utilizando, para tanto, a sintaxe do sentimento. Falando sobre a briga de galos na experiência balinesa da cultura, Geertz nos diz:

Assistir a brigas de galos e delas participar é, para o balinês, uma espécie de educação sentimental. Lá, o que ele aprende, é qual a aparência que têm o *ethos* de sua cultura e sua sensibilidade privada (ou pelo menos certos aspectos dela) quando soletradas ex-

ternamente, num texto coletivo; que os dois são tão parecidos que podem ser articulados no simbolismo de um único desses textos; e – a parte mais inquietante – que o texto no qual se faz essa revelação consiste num frango rasgando o outro inconscientemente em pedaços, inconscientemente (1978:317)

Para Bakhtin, o social e o corporal (ele acrescenta também o cósmico) mantêm-se conectados no realismo grotesco de forma indivisível



Entendemos que as charges, seguramente não tão exóticas quanto a prática da briga de galos, criam, de modo análogo e por meio de metáforas visuais e roteiros narrativos específicos, aproximações de entendimento entre o que as pessoas vivem e pensam da vida política.

“Qual é a piada?” O que dizem as charges: figuras, organizações e temas

Para fins analíticos, separamos as charges em três grupos distintos e complementares. O primeiro grupo, composto pelas charges 1, 2 e 3, destaca, na sua transversalidade, a centralidade do dirigente maior, do Presidente da República no arbítrio da controvérsia sobre Belo Monte, demonstrando sua vontade decisória à mercê de uma *persona* monstruosa, aterrorizadora incrustada num corpo grotesco. Assim, as charges conseguem destacar-se do noticiário convencional e realizar o seu comentário, uma vez que “(...) as imagens grotescas conservam uma natureza original, diferenciam-se claramente das imagens da vida cotidiana, preestabelecidas e perfeitas. São imagens ambivalentes e contraditórias que parecem disformes, monstruosas e horrendas” (Bakhtin, 1999:22). De acordo com Stallybrass e White (1997:295), o

realismo grotesco usa o corpo físico – a carne conceitualizada como um excesso corpulento – para representar os elementos cômicos, sociais e linguísticos do mundo.

Na charge 1, Lula incorpora o demônio pançudo, não ligado à abundância, à fertilidade e à plenitude como no grotesco da alta Idade Média ou à figura carnavalesca de Sancho Pança já no contexto do Renascimento, que se apresenta como um “corretivo natural, corporal e universal das pretensões individuais, abstratas e espirituais” (Bakhtin, 1999:20) representadas por D. Quixote, assinalando o princípio positivo do elemento material e corporal que aparece sob a forma universal, festiva e utópica. O demônio e seu corpo hiperbólico estão conectados à ideia da dispersão, não no sentido do dispêndio irracional anti-moderno de Bataille, mas sim do gasto voluntarista do dinheiro público, divorciado da vontade pública³. A origem desse dinheiro é o BNDES, organização cujo nome vem estampado no saco que o demônio carrega às costas como um Papai Noel do mal que “entrega” de presente o dinheiro público num ímpeto de vontade pessoal. Vale dizer que o BNDES é uma das organizações públicas de maior respeito e excelência no Estado. Historicamente, é lembrado como instituição que cumpriu papel estratégico no logro alcançado pelo desenvolvimentismo, política econômica implementada no governo de Juscelino Kubitschek, que ainda ocupa um lugar de grande período da história do Brasil no imaginário da nação. Tal organização aparece suscetível ao dirigente maior, o demônio cuja circunferência da cintura, olhos saltados, barba e cabelos espetados não parece poder ser detido por nada.

³ A charge foi criada tendo em vista as declarações do Presidente em meio às ameaças da construtora Queiroz Galvão de deixar o consórcio Norte Energia, que venceu o leilão para a construção da hidrelétrica de Belo Monte. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que o governo, por meio das estatais, poderá assumir sozinho a construção da usina. A declaração de Lula à imprensa foi a seguinte: “nós, enquanto Estado brasileiro, empresa pública, faremos sozinhos [a usina] se for necessário”. Disponível em <http://noticias.r7.com/economia/noticias/lula-diz-que-se-houver-necessidade-estado-fara-belo-monte-sozinho-20100422.html> Acesso em 10/01/2012.

Completando o quadro, a imagem demoníaca é enriquecida com outra metáfora que representa na contemporaneidade a própria encarnação da alteridade maléfica e perigosa: o islamismo, por meio da evocação do nome de Maomé e do dito popular: “se Maomé não vai à montanha, a montanha vai à Maomé”. Aqui, além de servir como roteiro interpretativo tornando a decodificação possível e rápida, não há como negar que as imagens do islã como algo satânico – a noção de “eixo do mal” na formulação do ex-presidente dos EUA George Bush – reforça a caracterização do demônio, como tudo aquilo que não cabe na nossa lógica cristã ocidental universalizante.

Como nos chama a atenção Bakhtin, o social e o corporal (ele acrescenta também o cósmico) mantêm-se conectados no realismo grotesco de forma indivisível. Steward (citado por Lagrou, 2006:62) chama a atenção para o fato de que o corpo contém e é contido, cumprindo um papel crucial as fronteiras ou limites do corpo. Não menos importantes são os fluidos que cruzam essas fronteiras e o volume exagerado de intestinos, órgãos sexuais, boca e ânus. É nesse contexto que a boca da presidente Dilma ganha especial relevo nas charges 2 e 3.

Na charge 2, o corpo, além de sua expansão hiperbólica, tem uma corcova. Os olhos saltados, os lábios grossos e vermelhos – sanguinolentos – não conseguem conter os dentes brancos, grandes e pontiagudos que se assemelham aos “dentes” da escavadeira dirigida pela presidente e da motosserra que segura o próprio funcionário do Ibama – organização governamental que “deveria” cuidar da proteção ao meio ambiente – que, segundo essa imagem, empunha a máquina da destruição. Vale lembrar que, de maneira geral, dentes são lidos como símbolos de agressividade, vitalidade, energia. Vemos todos esses elementos na expressão da presidente (talvez de maneira ainda mais contundente na charge 3, a ser analisada a seguir). Dilma e o trator se vêem fundidos. Corpo diabólico

e máquina não têm fronteiras definidas. Esse também é um traço do grotesco popular. Bakhtin o caracteriza da seguinte forma:

Em oposição aos cânones modernos, o corpo grotesco não está separado do resto do mundo, não está isolado, acabado, nem perfeito, mas ultrapasse-se a si mesmo, franqueia seus próprios limites. Coloca-se ênfase nas partes do corpo em que ele se abre para o mundo, através de orifícios, protuberâncias, ramificações e excrescências, tais como a boca aberta, os órgãos genitais, seios, falo, barriga, nariz. (...) É um corpo eternamente incompleto, eternamente criado e criador, um elo na cadeia da evolução da espécie ou, mais exatamente, dois elos observados no ponto onde se unem, onde entram um no outro (Bakhtin, 1999:23)

Tal incompletude do corpo, aparece na charge 3, já que só a cabeça – órgão do “alto”, da decisão – da presidente pode ser vista por trás da imagem de uma usina que com ela se funde⁴. Seus dentes, de novo seus dentes, são as comportas por onde passa a água – que também pode ser vista como vômito ou fluido que rompe as barreiras do dentro e do fora do corpo. O vômito sai com raiva. Ele parece ser o resultado da TPM (Tensão Pré Menstrual) e tal como sangue profano, explode do corpo feminino nos desmandos do poder. A direção do fluxo – de dentro do corpo para fora – reforça a sensação de assimetria na tomada de decisão pelo poder central. É dele que partem as decisões, não havendo um contra fluxo nem a absorção da vontade popular (não há absorvente que possa contê-lo). A associação entre feminino e poder, complexifica a decodificação da charge, ela

⁴ O contexto histórico da charge, que explica a expressão Licença Específica, é a concessão por parte do Ibama do que foi chamado de licença de instalação parcial da obra. Na comunicação do Ibama, eles definiram essa concessão com o nome de “Licença Específica” para os “sítios” de Belo Monte e Pimentel. No caso de Belo Monte, essa primeira licença foi concedida, mas com 66 condicionantes. Em seguida, cumpridas as exigências, é que deveria ser dada a licença de instalação. Uma síntese interessante pode ser lida em <http://www.ecodebate.com.br/2011/01/31/belo-monte-licenca-para-confundir-artigo-demiriam-leitao/> Acesso em 10/01/2012.

não tem, como as anteriores, um *script* de leitura que torne sua decodificação automática. A inversão proposta é sutil e poderíamos vê-la então como uma charge séria. O recurso ao humor aqui não está presente bem como não se nota o caráter alegre e festivo, que suspen- de a repetição do mesmo no cotidiano.

Um segundo grupo de charges, as de número 4 e 5, coloca em questão o aspecto levantado anteriormente – a centralidade do dirigente maior do país na tomada de decisão – ao apontar para outras forças internas ou externas que atuam no jogo de poder: madeireiros da Amazônia e os EUA. A centralidade da figura do Presidente da República, chefe de Estado e de governo, se vê em cheque. Há forças mercadológicas internas que atuam no jogo como também há forças políticas externas. Aqui são as fronteiras do corpo estatal que se vêem singradas. Os interesses privados se identificam como os donos da Amazônia na charge 4, deixando claramente entrever a indefinição das fronteiras entre público e privado bem como o abismo que separa a racionalidade pública e racionalidade privada (com a colonização da primeira pela segunda). Também apresentados como demônios de ventre avultado, olhos esbugalhados, dentes afiados e linguajar coloquial (que traça clara relação com o modo como grupos organizados das periferias urbanas se referem àquilo que é de seu domínio), os madeireiros-coronéis não representam a abundância compartilhada, outrossim apresentam a ganância que os faz “engordar” às custas de bens que são públicos. A abundância, portanto, está presente, mas sua apropriação não é facultada a todos. O presidente, falando da tribuna do BNDES, parece um mero portavo- z que coloca o público a serviço do privado. “A Amazônia brasileira tem dono” não é uma expressão do Estado brasileiro ou da nação brasileira, mas de interesses específicos de uma casta de privilegiados.

Já a charge 5, toca num dos pontos mais polêmicos da controvérsia em torno da construção de Belo Monte: os direitos dos índios

serem ouvidos, conforme garantido consti- tucionalmente desde 1988. O recurso à in- versão de expectativa, clássico na linguagem do humor, dá a estrutura básica da charge. A Organização dos Estados Americanos (OEA), presente em vários momentos da polêmica – os mais conhecidos foram o encontro com grupos indígenas em 2009 e o pedido de ex- plicações ao Brasil em 2010 – é a protagonis- ta da cena. Seu representante, numa espécie de tribuna, convoca o “cacique” para que dê sua palavra – uma das demandas básicas do movimento contra a construção da Usina é que os povos indígenas tenham voz no pro- cesso de decisão – mas o cacique metafórico que está na frente da fila é o Tio Sam. É esse ícone histórico, personificação dos EUA, que fornece o *script* de leitura da charge. Embora ele não apresente o vigor da imagem clássica – a do cartaz *I Want You for USA Army*, no qual aponta o dedo e convoca jovens a se ins- creverem no exército americano – o Tio Sam desalinhado da charge – talvez pelo contex- to multipolar e as dificuldades da crise eco- nômica – está a postos para dar sua palavra. Vale dizer que a OEA, fundada em 1948, é um organismo regional cujo objetivo é cons- tituir uma rede de disposições e instituições de caráter internacional. A Organização foi criada para alcançar nos Estados membros, como estipula o Artigo 1º da Carta da OEA, “uma ordem de paz e de justiça, para pro- mover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”. De acordo com site da entidade, “para atin- gir seus objetivos mais importantes, a OEA baseia-se em seus principais pilares que são a democracia, os direitos humanos, a segu- rança e o desenvolvimento”⁵. A charge coloca tais objetivos em cheque ao questionar a real capacidade da organização de horizontalizar direitos e conter o voluntarismo unilateral do país que é a maior potência mundial, um de seus membros.

⁵ Disponível em http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp Acesso em 15/01/2012

Um terceiro grupo de charges reforça a desconexão entre as preocupações do governo e as preocupações públicas, tema que se dá a ver nas charges de número 6, 7 e 8. O roteiro específico de decodificação dessas charges está baseado num reconhecimento do amplo sentido de mobilização e contestação popular que se estabeleceu contra a construção de Belo Monte.

Nas charges 6 e 7, de novo vemos associações com o grotesco popular. Na charge 6, a referência ao “mal cheiro”, portanto, aos odores corporais que emanam do projeto bem como às excrescências (“belo monte de m...”) como resultado de “desgoverno”. A personagem patriota da charge reafirma, por meio de um palavrão censurado, um *script* de metáforas visuais geralmente associadas ao xingamento do governo, como “mar de lama”, “a política cheira mal”, “os políticos são sujos”. Como acentuam Stallybrass e White (1997:294), a metáfora carnavalesca inclui a “linguagem do mercado – imprecisões, profanações, juramentos e coloquialismos que estorvam a ordem privilegiada da enunciação polida”. Segundo Bakhtin, as sobrevivências das grosserias do grotesco popular medieval e renascentista e sua concepção do corpo conservam certo parentesco com essas, embora ressaltem apenas seus aspectos negativos. A “merda” remete ao baixo corporal absoluto ou inferno corporal, mas somente no que ele tem de destrutivo e não de regenerador.

Na charge 7, vemos mais claramente o tema do alto e do baixo corporal do realismo grotesco. Segundo Bakhtin:

No realismo grotesco, a degradação do sublime não tem um caráter formal ou relativo. O ‘alto’ e o ‘baixo’ possuem aí um sentido absoluta e rigorosamente *topográfico*. O ‘alto’ é o céu; o ‘baixo’ é a terra é o princípio de absorção (o túmulo, o ventre) e, ao mesmo tempo, de nascimento e ressurreição (o seio materno). Este é o valor topográfico do alto e do baixo no seu aspecto cósmico. No seu aspecto *corporal*, que não está nunca separado com rigor do seu aspecto

cósmico, o alto é representado pelo rosto (a cabeça), e o baixo pelos órgãos genitais, o ventre e o traseiro (1999:18)

Vê-se, portanto, que a “estratégia governamental” de que fala a charge propõe uma inversão. O baixo, representado por uma “bunda atraente”, é apenas promessa de nas-



O objetivo sedutor do discurso do governo se serve dos julgamentos consensuais e estereotipados que ressalta os sentidos, os prazeres e a estética

cimento que busca seduzir e prender a atenção enquanto encobre a vontade popular. O objetivo sedutor do discurso do governo sobre Belo Monte se serve dos julgamentos consensuais e estereotipados sobre o que é de ordem hedônica, ressaltando os sentidos, os prazeres e a estética. Contrapondo-se ao corpo atraente, o alto, a cabeça, se apresenta como o céu disfarçado que, quando se dá a ver, mostra-se como “caveira”, símbolo do mal, da morte e dos ardis dos poderosos e de seus interesses.

Por fim, a charge 8, única charge eletrônica que integra o nosso corpus analítico⁶, descredencia a capacidade das elites técnicas e científicas do Estado (leia-se burocracia) de organizações como o Itamaraty e a Embrapa para dar conta dos problemas relativos à construção de Belo Monte seja com relação à avaliação dos impactos, seja no que diz respeito aos relacionamentos externos e à explicação

⁶ Ao pesquisarmos charges políticas sobre Belo Monte na internet, o mecanismo de busca do google apontou a charge eletrônica de Maurício Ricardo como uma das mais acessadas pelos internautas. Tal informação associada ao uso crescente, pelos cartunistas, de recursos virtuais de animação e difusão de seus trabalhos; e ao prestígio do cartunista no âmbito do humor político e entre seus pares motivou nossa decisão de integrá-la ao corpus.

aos ativistas e à comunidade internacional da real necessidade do projeto em um bioma tão importante, considerado, de certo modo, um patrimônio natural da humanidade.

Nessa charge, o Estado, como organização, é jocosamente caracterizado. O tom de “piada de português” não é casual. Ecoa certa visão do pensamento social brasileiro que nos diz de nossas raízes ibéricas: um Estado tão autocentrado na manutenção de seu poder e em sua auto construção que “inventa” as soluções mais absurdas aos obstáculos que se interpõem no caminho, dando a isso ares de seriedade e competência técnica. Tal associação com a herança ibérica lança mão também de um modo crítico de entender as relações entre público e privado, ora vistos como pólos de uma dicotomia, ora vistos como campos porosos. Tal dicotomia desenrola-se em torno de conceitos como patrimonialismo (especialmente para ler a atuação do Estado forte em relação à sociedade civil fraca) e clientelismo (para ler as relações sociais de poder calcadas em privilégios e proximidade pessoal), ambos como parte da discussão sobre a privatização do público. O tema da herança ibérica talvez seja um horizonte histórico e de interpretação sociológica demasiado amplo para o que nos propomos neste artigo, mas em nossa visão deve ao menos ser assinalado.

Considerações finais - texto e contexto: Belo Monte, público e contestação

Notamos, nas charges analisadas, cuja estrutura, tanto nos seus apelos ao realismo grotesco quanto nos *scripts* ou roteiros de leitura que dizem de códigos compartilhados sobre a política nacional, a presença de uma imagem sobre as instituições públicas e sobre o que é público no Brasil. As organizações públicas que apareceram na cena satírica - Estado, BNDES, Ibama, Embrapa, OEA e Itamaraty - são retratadas de três maneiras basicamente: 1) no caso do Estado, BNDES, Ibama e OEA, organizações públicas diretamente envolvidas com as decisões estratégi-

cas da construção de Belo Monte, há sempre uma força maior – o voluntarismo do Presidente da República, as forças de mercado e a arbitrariedade de uma grande potência mundial – que direciona os rumos de tais organizações, não permitindo que estas funcionem e atuem segundo o quadro institucional que lhes é próprio, comprometendo, portanto, a existência de um espaço público legítimo. O público aqui aparece como algo poroso aos interesses privados no sentido de sua privatização. 2) Ainda no caso do Estado, Ibama e Itamaraty, há o questionamento de sua capacidade técnica de operação segundo uma racionalidade burocrática – *sine ira et studio*, como nos ensinou Weber (1986) – cujas decisões sejam tomadas segundo parâmetros objetivos e em obediência às regras institucionais; 3) um terceiro ponto, não menos importante, para entender a imagem das organizações públicas é a sua capacidade então de lidar com públicos e com o próprio sentido de público. O desrespeito aos direitos indígenas e afetados pelo barramento do Rio Xingu traz à tona o tema dos “dois brasis” – o moderno, rico e cidadão e o dos excluídos pelo *apartheid* social que quase sempre coincide com as linhas raciais de pobreza.

O tema das fronteiras aparece, portanto, como elemento crucial para o “desvendamento” da superfície enigmática das charges. As fronteiras do corpo que derivam do realismo grotesco apontam para outras duas fronteiras: a fronteira entre público-privado, fundamental para pensar a cultura política brasileira, e as fronteiras do contexto que, no caso da comunicação organizacional, não se restringe em olhar para dentro da organização. No primeiro caso, é interessante notar que a consciência da privatização do público é patente, serve como *script* na decodificação das charges pressupondo, portanto, sua consciência profunda por parte da audiência. A discussão reveste-se de especial importância, pois as reconfigurações do capitalismo global e as ações estatais e da sociedade civil na contemporaneidade apontam para um

redesenho das fronteiras notavelmente móveis entre público e privado, abrindo oportunidades para que agentes (coletivos e individuais) encontrem justificativas (discursos) e dispositivos (práticas) para operarem seus interesses nas disputas hegemônicas.

Quanto às fronteiras contextuais, é preciso destacar, portanto, que o contexto organizacional não se restringe ao que ocorre no âmbito interno das organizações, o que normalmente costuma-se chamar de cultura organizacional ou dinâmica interna das organizações. As relações com os públicos são também relação com o espaço público e, assim, questões como as apontadas na análise revestem-se de especial importância. O contexto externo é também fundamental para o campo da comunicação organizacional em sua vertente crítica, abrindo possibilidades de encontrar o enfrentamento com as organizações pelo lado de fora do ambiente de trabalho e que o atravessam, assim como são atravessadas por dinâmicas sociais e midiáticas.

A exegese da imagética humorística nos permitiu ainda discutir noções que recebem

um tratamento complexo, como a noção de público. Ao nos permitirmos uma incursão *quase-etnográfica* nas charges, concordamos com Lagrou (2006) quando afirma: “existe uma filosofia política por trás dessa estética do grotesco...”. Procuramos aqui, tanto na prática de análise das narrativas chargísticas como na reflexão sobre o realismo grotesco no pensamento de Bakhtin, aprender algo sobre a relação específica que liga certo humor a certa prática transgressiva. Na contemporaneidade, o realismo grotesco presente nas carnavalizações cotidianas mostra-se em alguns fenômenos midiáticos ainda com vivacidade crítica como no discurso das charges. Junto com Sodré e Paiva (2002), admitimos que o grotesco tem sofrido mutações de forma e de conteúdo, mas conservando sua força como recurso nas lutas simbólicas. O humor é um recurso que permite dizer o que seria indizível de outra forma, daí a importância do discurso das charges como expressão de enfrentamento e, quiçá, de resistência.

(artigo recebido fev.2012/ aprovado mai.2012)



Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo, Hucitec; Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- CARRIERI, Alexandre de Pádua. **O humor como estratégia discursiva de resistência: as charges do SINTELL/MG**. Organizações & Sociedade, v.11, n.30, 2004, p.29-48.
- CHABROL, Claude. Humor e mídia: definições, gêneros e cultura. In: EMEDIATO, W.; MACHADO, I.; MENEZES, W. (orgs.). **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: NAD/PosLin, UFMG, 2006, p.221-234.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Des catégories pour l'humour**. Questions of Communication, n.10, 2006, p.19-42.
- DARNTON, Robert. Os trabalhadores se revoltam: **O Grande Massacre de Gatos na Rua Saint-Severin**. In: O Grande Massacre dos Gatos. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- DAVIES, Christie. Cartuns, caricaturas e piadas: roteiros e estereótipos. In: LUSTOSA, I. (org.). **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p.93-124.
- GEERTZ, Clifford. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- HARDY, Cynthia; PHILLIPS, Nelson. **No Joking Matter: Discursive Struggle in the Canadian Refugee System**. Organization Studies, v.20, n.1, 1999, p.1-24.
- LAGROU, Els. **Rir do poder e o poder do riso nas narrativas e performances kaxinawá**. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, vol 49, n. 1, 2006.
- LUSTOSA, Isabel. **Humor e Política na Primeira República**. São Paulo, Revista da USP, Set.Out.Nov/1989, pp. 53-64.
- LUSTOSA, Isabel. (org.). **Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- MUMBY, Dennis. **Theorizing Resistance in Organization Studies: A Dialectical Approach**. Management Communication Quarterly, v.19, n.1, 2005, p.19-44.
- PILLA, Armando; QUADROS, Cynthia. **Charges: uma leitura orientada pela análise do discurso de linha francesa**. Texto apresentado no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), realizado em Curitiba, de 4 a 7 de setembro de 2009, p.1-15.
- PONT VIDAL, Josep. **Acción gubernamental e institucionalismo en la Amazonia brasileña. El conflicto entorno a las infraestructuras hidroeléctricas**. Estudios Sociales [en línea], v. 18, 2010. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=41715777005>.
- QUADROS, Cynthia; ZUCCO, Fabrícia; MORETTI, Sergio. **Com a palavra, a charge: entre o jornalismo, a política e a arte**. Comunicação & Informação, v.12, n.2, 2009, p.48-62.
- SODRÉ, Muniz e PAIVA, Raquel. **O Império do Grotesco**. Rio de Janeiro, Mauad, 2002.
- STALLYBRASS, Peter; WHITE, Allon. From carnival to transgression [1986]. In: GELDER, K; THORNTON, S (eds.). **The subcultures reader**. London: Routledge, 1997, p.293-301.
- WEBER, Max. Três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, G (org.). **Weber**. 3ª ed. São Paulo, Ática, 1986 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 13).
- Sites consultados**
- Blog de Belo Monte, Norte Energia SA: <http://www.blogbelo-monte.com.br>
- Blog de Felício Pontes Jr., procurador MPF/PA: <http://belo-montedeviolencias.blogspot.com/>
- Cobertura Completa sobre Belo Monte: <http://noticias.r7.com/economia/noticias/veja-cobertura-completa-do-leilao-para-construcao-de-belo-monte-20100420.html>
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira: <http://www.coiab.com.br/>
- Instituto Socioambiental: www.socioambiental.org
- Movimento dos Atingidos por Barragens: <http://www.mabnacional.org.br/>
- Movimento Gota D'Água: <http://movimentogotadagua.com.br/>
- Movimento Xingu Vivo: <http://www.xinguvivo.org.br>
- Organização dos Estados Americanos: www.oas.org
- Portal Ecodebate: www.ecodebate.com.br
- Portal UOL: www.uol.com.br
- Site de informações sobre a Amazônia: www.amazonia.org.br